

Dilemas nas estruturas das redes públicas de ensino no Brasil que impedem melhorias educacionais

Dilemas in the structures of public education networks in Brazil that prevent educational improvements

92

João Evânio Araújo¹
Marcela Campos Queiroz²

Resumo: As redes públicas de ensino, requerem profundas mudanças para garantir reais melhorias educacionais, como espaços adequados para a execução das aulas, formação inicial e continuada de todos profissionais da educação, uma política salarial atraente a estes e que faça jus a uma carga horária exclusiva de trabalho semanal com até 40 horas numa mesma rede. Sendo que docentes em sala de aula, precisam no mínimo da metade de suas horas de trabalho para estudos, pesquisas, planejamentos adequados e indispensáveis no atendimento discente interdisciplinar com qualidade, conectividade e equidade, sem superlotação das turmas, para que docentes de cada componente ou unidade curricular, possam dar devida atenção às muitas e cada vez mais crescentes necessidades discentes, sob devida orientação pedagógica e psicológica adequada constante em cada escola.

Palavras-chave: escolas, mudanças, melhorias, educacionais.

Abstract: The public education networks require profound changes to ensure real educational improvements, such as adequate spaces for the execution of classes, initial and continuing training of all education professionals, a salary policy attractive to them and that lives up to an exclusive workload of weekly work with up to 40 hours in the same network. Being that teachers in the classroom, need at least half of their working hours for studies, research, adequate and indispensable planning in interdisciplinary student care with quality, connectivity and equity, without overcrowding of classes, so that teachers of each component or curricular

¹ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4241948717049741>. Articulador de Ensino na Escola Estadual Professor José Sena Dias - Piau Piranhas Alagoas Brasil, CEP 57460-000, educador desde 2001 pela SEDUC/AL.

²ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1654301058433508>. Professora na Escola Estadual Professor José Sena Dias - Piau Piranhas Alagoas Brasil, CEP 57460-000, desde 2001, pela SEDUC/AL e na rede municipal de Paulo Afonso Bahia (Escola Municipal Castro Alves/Povoado São José). Também, professora EAD pela UFAL(Universidade Federal de Alagoas) nos Cursos de Pedagogia e Educação Inclusiva. E-mail: queirozmarcelahotmail.com

Recebido em: 20/06/2023

Aprovado em: 18/09/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



unit, can give due attention to the many and increasingly growing student needs, under proper pedagogical and psychological guidance appropriate constant in each school.

Keywords: schools, changes, improvements, educational.

Introdução

Dilemas nas estruturas de ensino relacionados à interdisciplinaridade, conectividade e formação docente

A importância atual da interdisciplinaridade e formação docente com as diversas maneiras de aprendizagem das habilidades e competências cognitivas, e das não cognitivas, necessárias na Educação Básica, requer urgente e ampla discussão, junto da implementação total ou não do Novo Ensino Médio no Brasil, com conectividade eficiente disponível para cada discente e docente, principalmente para o ensino médio com percentual de aulas no formato de Educação à Distância - EaD, conforme legislação vigente que o permite ser até 30% remoto. Sendo a motivação dessa discussão premente nas escolas, dentre outras razões, as antigas necessidades de alinhamento e melhorias nas políticas públicas de ensino para mais acesso e permanência dos estudantes na escola com aprendizagens criativas e significativas, menos evasões e reprovações a cada letivo e as recentes mudanças na educação básica, a ser ministrada de forma interdisciplinar e com mediação tecnológica digital virtual - conectividade, conforme explicitado na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, perpassando assim, pela formação inicial e continuada de todos profissionais da educação, principalmente docentes, a nível nacional, uma vez que a política pública está sendo implantada em todo o Brasil.

As mudanças recentes na Legislação para o alinhamento nacional nas estruturas da educação básica brasileira, foram feitas sem participação significativa dos segmentos da maioria das escolas e agora encontram entraves na aplicação, pois os atores envolvidos na execução final delas - docentes e discentes, pouco assimilaram como aprender e ensinar de forma interdisciplinar e com mediação digital virtual, as competências e habilidades ora requeridas tanto nos componentes da base por áreas de conhecimento, quanto nos itinerários formativos. E a inacessibilidade dos discentes aos docentes durante o período do isolamento social, por falta da conectividade, também requer uma discussão e solução imediata. Afinal, mesmo com o retorno presencial, o acesso a internet continua sendo necessário, principalmente para contemplar as metodologias ativas de aprendizagem e de ensino com recursos digitais virtuais, nas aulas presenciais e nas remotas dos até 30% EaD.

A esparsa participação docente na discussão e elaboração da Base Nacional Comum Curricular e dos Referenciais Curriculares Estaduais, fica nitidamente evidente no atual contexto em que a BNCC traz uma proposta prioritária de desenvolvimento das competências e habilidades mínimas e que mesmo assim não é possível dar conta, pelas circunstâncias em que se encontram muitas unidades de ensino, sem estrutura adequadas de funcionamento e atendimento de qualidade educacional nem durante o ensino presencial de outrora, muito menos na atual circunstância em que as defasagens de aprendizagens só aumentaram durante e após a pandemia, resultando em tamanha insatisfação que até movimentos estudantis, além de outros, estarem agora querendo revogação dos currículos implantados desde 2022.

O trabalho remoto experimentado pela educação pública brasileira durante o isolamento social, em que a maioria dos estudantes não teve contato com os professores por falta de acesso online, indispensável durante os anos letivos de 2020 até parte de 2022, escancara o desprezo e desmantelamento da Educação Pública no Brasil, pelo Estado e maior parte da Sociedade, que pouco ou nada fez para equanimizar isso. Com exceção dos institutos e universidades federais, as demais unidades de ensino estaduais e municipais públicas brasileiras continuam sem acessibilidade digital para a maioria dos estudantes e tendo que realizar um trabalho híbrido interdisciplinar por área de conhecimento e itinerários formativos completamente novos, sem formação inicial, nem continuada eficaz para esta finalidade. Embora as novas matrizes curriculares, os livros e outros materiais didáticos que chegam às escolas já tragam essa abordagem ainda que muito confusa para estudantes e professores.

Portanto, envolver o quanto antes, o máximo de docentes da Educação Básica de todas as escolas das cinco macrorregiões brasileiras, numa discussão formação inicial e continuada, contemplando efetivamente tudo relacionado às necessidades educacionais, incluindo a interdisciplinaridade e a conectividade, é uma prioridade imediata, antes, inclusive de se iniciar a efetivação de avaliações externas, como SAEB, ENEM e PISA, pois estas avaliam além de competências e habilidades gerais e por área de conhecimento, objetos de conhecimentos específicos a nível nacional, embora haja divergências de um estado para outro nesses aspectos, surgindo dúvidas relacionadas a quais conteúdos priorizar e aprofundar, a fim de habilitar discentes para tais avaliações, sob risco dos resultados serem piores do que tem sido aferido em anos anteriores.

Nenhum dos temas abordados aqui são simples, mas dito de forma sucinta, a interdisciplinaridade consiste num trabalho pedagógico harmonioso e integrador das várias e diferentes disciplinas de uma ou mais áreas do conhecimento no processo de aprendizagem e

ensino, a partir das competências e habilidades, com objetos de conhecimentos prioritários, uma vez que a carga horária letiva não permite aulas extensivas de muitos conteúdos importantes. Segundo Lück (1994):

Interdisciplinaridade é o processo que se envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual. (LÜCK, 1994. p.64)

No entanto, não há de modo geral, formação docente considerando esse conceito interdisciplinar, nem de como trabalhar isso no cotidiano escolar. É preciso urgentemente pensar no porquê, como e para quê desta prática pedagógica, refletindo em outras questões relacionadas, a partir de momentos formativos contínuos no âmbito da escola, que muitas vezes é carente de tudo, até de paz para se poder ensinar e aprender. De fato, as aulas têm tido interrupções por casos de violência e morte. Essas e outras demandas formativas, reflexivas e atitudinais, precisam ser consideradas por todos da escola e fora dela, por esta ser reflexo da sociedade.

É sabido que a prática anterior da multidisciplinaridade, se tornou obsoleta e ineficaz na atual formação cidadã, não atendendo mais às necessidades do momento. Assim, a prática da interdisciplinaridade, tem por finalidade dialogar e complementar o trabalho das disciplinas, para uma aprendizagem e ensino integral, até o conhecimento e comportamento se tornar transdisciplinar, sem a necessidade de desvincular os objetos e áreas do conhecimento, além de tornar cada pessoa autônoma e protagonista responsável por seus saberes e práticas globais. Mais uma vez é necessário enfatizar que isto requer uma formação inicial e continuada para todos que atuam na escola, da portaria à cozinha, nenhum profissional pode ser ignorado, todos lidam com os aprendizes. E se não houver uma compreensão de todos sobre o que e como educar, o trabalho docente sozinho, não terá os melhores resultados possíveis.

Além disso, o porquê de um trabalho interdisciplinar induz outros questionamentos como: Quantos dos docentes em exercício assimilaram o conceito de interdisciplinaridade? Dos que assimilaram esse conceito, quantos estão convencidos de que o trabalho interdisciplinar é mais vantajoso do que o multidisciplinar para um bom desempenho discente? Dos que já se convenceram, quantos sabem como realizar esse trabalho de forma eficiente no dia a dia escolar? Para essas e outras arguições serem respondidas de forma satisfatória, uma formação continuada se faz necessário em todas as escolas. Então, questões adicionais. Por exemplo, como trabalhar a interdisciplinaridade, com conectividade e equidade? Estão as universidades

e faculdades preparadas para formar professores com essas e outras habilidades requeridas na atualidade?

Os docentes das redes públicas estaduais e municipais de ensino, não foram e não estão sendo devidamente preparados para trabalhar interdisciplinaridade, assim como não ocorreu para o trabalho multidisciplinar em que os conteúdos entre as disciplinas e áreas do conhecimento eram considerados insociáveis. Na superação de práticas ultrapassadas, todas as ideias de como trabalhar a interdisciplinaridade, as habilidades e competências da BNCC e dos Currículos Estaduais e o oculto de cada escola com suas especificidades, precisam ser consideradas. Para tanto, enfatizando, a formação inicial e continuada em serviço para todos profissionais da educação, incluindo docentes por área de conhecimento e itinerários formativos, precisa ser posta em prática urgentemente, pois é a melhor forma de considerar essas ideias e outras, para se elaborar as aulas interdisciplinares e executá-las no chão da respectiva realidade escolar, visando efetivas melhorias na aprendizagem da Educação Básica Pública do Brasil.

Outros dilemas na educação brasileira que impedem melhorias educacionais

Embora este artigo não pretenda esgotar as problemáticas da educação brasileira, óbvio, e haja mesmo muitos entraves na realização de uma formação inicial e continuada, por área de conhecimento, no tratamento equânime de cada discente, com ou sem necessidade de atendimento educacional especializado, ausência de um plano e acompanhamento efetivo do MEC e de aparelhos com acesso online e material didático digital, para docentes e discentes, dentre outras adequações dos espaços escolares. Aliás, o próprio Ministério da Educação já devia ter efetivado esses momentos formativos, junto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação de todo o Brasil, mesmo de forma remota, uma vez ser mais viável e indispensável no atual momento de urgência, inclusive investindo na aquisição e distribuição dos aparelhos eletrônicos com conectividade, em vez de pagar caro por livros impressos que não tem plena utilidade sem o devido acompanhamento presencial do educador, haja vista o percentual de até 30% das aulas a serem ministradas de forma remota de acordo com as normas em vigor do Novo Ensino Médio.

Não se pode esquecer, das turmas com excesso de estudantes num pequeno espaço desestruturado, chamado sala de aula, onde docentes sofrem a pressão de oferecer ensino às diversas necessidades de aprendizagens, como se fossem super humanos capazes de atender

essas demandas de todos ao mesmo tempo. As escolas públicas brasileiras têm sido um depósito de pessoas amontoadas para o desespero e dismantelo de todos. Nenhum outro profissional atende tantas pessoas, dentro de um curto tempo e pequeno espaço diário cheio de insalubridades, volúpias mudanças e incertezas do que e como ensinar a tanta gente carente de tudo, que é o público estudantil das redes públicas de ensino municipais e estaduais do Brasil, muitas vezes sem um professor auxiliar de turma ou nem mesmo o do Atendimento Educacional Especializado. Como não adoecer diante de um cenário desolador deste? Quem vai cuidar da saúde dos profissionais da educação? Quando? Quem está cuidando da saúde e educação integral da sociedade? Como? Não é de surpreender que poucos queiram se habilitar para a docência em sala de aula.

Entretanto, para educar pessoas e cuidar delas integralmente, é preciso reconhecer as múltiplas necessidades físicas, emocionais, intelectuais e espirituais. Isso implica admitir as deficiências morais, as violências de todo tipo que afetam a atual sociedade, com seus costumes permissivamente violentos até na diversão e passatempo com jogos e imagens horrendas tão facilmente veiculadas nas mídias, como se isso não afetasse o comportamento dentro e fora da escola. Os autores, produtores e patrocinadores desses horrores, estão doentes moralmente, não têm escrúpulos na exploração das emoções humanas, no enriquecimento bilionário pelo entretenimento e comercialização de seus produtos vis, que ludibriosamente vendem para milhões de consumidores inadvertidos, os quais reproduzem as atitudes de uma sociedade que já é violenta e se torna mais ainda ao impregnar-se de enredos horrendos nas diversas plataformas de vídeo e imagem.

Estando as famílias desestruturadas e despreparadas para lidar com tamanha amoralidade, seus filhos chegam às escolas com tais atitudes que dificilmente serão modificadas ali, a ponto de agirem mortalmente sobre outros, tornando os espaços de aprendizagem tão insalubres e inseguros quanto os lugares sem lei, inclusive com ataques a diversas escolas. Como trabalhar as inúmeras matérias intelectuais, emocionais, morais e espirituais num ambiente de excessivas ansiedades e incertezas, dentro de tão pouco tempo e espaço inadequado que têm os docentes? Somente quem exerce a docência é que precisa se preocupar com educação? E as questões relacionadas como lazer, moradia, segurança alimentar, física, psicológica, transporte, etc que interferem no acesso e permanência do estudante com êxito na escola?

É humanamente impossível realizar um trabalho educacional preventivo e formativo se as horas de planejamento reservadas para professores das redes estaduais e municipais, ainda não são ideais, há casos que chegam no máximo a 1/3 da carga horária total do contrato ou do

concurso. Também ainda não é decente o valor pago pelas horas/aulas trabalhadas na rede pública, de modo geral. Carecendo esses docentes, dividir seu templo, energias e atenção, em duplas ou triplas jornadas de trabalho semanal entre duas ou mais instituições de ensino, para conseguir suprir as necessidades básicas suas e de seus dependentes. Sem contar com a superlotação das turmas em ambientes sem refrigeração ou mesmo ventilação adequada e a falta de outras estruturas básicas. Como dar conta de tantas demandas da sala de aula, mais as formativas, de planejamento de aulas significativas, análise de avaliações internas e externas e replanejamentos com aprendizagens criativas, dentro do escasso tempo e desumano espaço concedido aos docentes dentro e fora de sala?

Se o Estado e a Sociedade priorizar Educação, os recursos podem ser melhor geridos para atender as reais necessidades educacionais de crianças e jovens, não a ganância de empresários e outros. Como exemplo, em vez de pagar bilhões a editoras na aquisição de livros didáticos impressos, pouco úteis no ensino remoto ou no híbrido, haveria foco maior na aprendizagem de cada estudante, aparelhando-os com conectividade e espaços físicos e virtuais adequadamente estruturados. Bem como, pagando um salário digno a cada docente, para poder exigir exclusividade de vínculo numa rede estadual ou municipal de ensino, possibilitando que houvesse condições de trabalho similares às dos institutos federais em que os ambientes são mais propícios ao exercício docente e discente. Também se faz necessário compor a carga horária docente para planejamento com 50% do total de horas/aulas semanais em todas as redes de ensino, e, plano de cargos e carreira atraentes o bastante para viver bem com o salário de um profissional exclusivo numa única instituição de ensino, permitindo melhor formação continuada, pesquisas científicas, planejamento e execução das atividades pedagógicas interdisciplinares, coerentes e conectadas à realidade do momento e de cada comunidade escolar.

Considerações finais

Os problemas envoltos no trabalho pedagógico existem e continuarão a existir. Mas as soluções também existem, mesmo que não sejam simples. No caso de metodologias retrógradas, como o ensino e aprendizagem multidisciplinar, a solução pode ser a formação docente inicial e continuada em serviço, organizada e acompanhada pelo MEC, Secretarias Estaduais e Municipais, em parceria com as universidades e faculdades, possibilitando a interação entre educadores de todo o Brasil, de forma remota, e, entre os que compõem uma escola, quando for possível, de forma presencial, discutindo e elaborando estratégias interdisciplinares eficazes no

desenvolvimento das habilidades e competências requeridas pela e para a realidade local, sem desconsiderar as da BNCC, os Referenciais Curriculares Estaduais, a reforma do Ensino Médio, e mais, a reforma do comportamento violento para uma sociedade de paz.

Os docentes em sala de aula, precisam no máximo de 50% de suas horas para ministrar as aulas e a outra metade para estudos, pesquisas, planejamentos adequados e indispensáveis no trabalho interdisciplinar de qualidade, com conectividade em todos os sentidos e equidade, visto que há inúmeros estudantes com múltiplas necessidades educacionais para as quais os atuais docentes não tiveram a oportunidade de se prepararem para atendê-las com eficiência. Sem contar com a superlotação das turmas. Na maioria das escolas brasileiras a sala de aula é apenas um depósito de pessoas. É preciso respeitar o limite máximo de estudantes por turma em cada fase da educação básica, para que se possa dar devida atenção às muitas e cada vez mais crescentes necessidades discentes, sob devida orientação pedagógica e psicológica adequada constantemente em cada escola.

Naturalmente isso implica na destinação de mais recursos financeiros para adequação dos espaços físicos e virtuais de ensino e aprendizagem, contratação ou realização de concurso para suprir todas as demandas de profissionais da educação, mas os custos para essas ações realmente necessárias, não são maiores que os valores já utilizados pelo poder público em propagandas desnecessárias e até enganosas em supostas ações educacionais. O Estado pode e deve gerir melhor os recursos existentes, investindo no que é mais útil e praticável para o momento, como viabilizar melhores salários com planos e cargos de carreiras atraentes aos docentes atuais e seus sucessores, para haver condições dignas de exclusividade de vínculo numa instituição de ensino estadual ou municipal, onde se possa participar de forma efetiva e eficaz no trabalho pedagógico, desde o conhecimento atualizado em metodologias ativas, aprendizagens criativas, ensino híbrido, etc, até no planejamento e avaliação tão necessário num processo de aprendizagem e ensino interdisciplinar, conectado em todos os sentidos e equânime, afinal ninguém deve ficar de fora.

REFERÊNCIAS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO: BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2017. <https://www.escolaweb.educacao.al.gov.br/odas/bncc-do-ensino-medio-53152>. Acesso em: 06/04/2023.

BNCC NA SALA DE AULA: GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA PROFESSORES - FUNDAÇÃO LEMANN. <https://www.escolaweb.educacao.al.gov.br/odas/bncc-na-sala-de-aula-53149>. Acesso em 06/04/2023.

EDUCACIONAL, ead espaço. **Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade.** Disponível em <http://blog.eadespacoeducacional.com/interdisciplinaridade/>. Acesso em: 06/04/2023.

LÜCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 1994. 92 p.